

**ATA**

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Na sequência da Providência Cautelar votada na última reunião de Câmara e aconselhada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e em face da declaração desta Associação de ter sido possível chegar a um acordo com o Governo, perguntou qual a posição do Município de Guimarães relativamente a esta situação. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Disse entender que a Câmara Municipal não tem definida uma estratégia para a promoção do desenvolvimento, que considerou ser fundamental para o combate ao desemprego. Disse considerar que os Municípios podem fazer muito pelo desenvolvimento dos seus territórios, apontando o exemplo de autarquias vizinhas, como Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso, que conseguiram baixar significativamente os

índices de desemprego com captação de investimento, fruto de iniciativas diversas, nomeadamente com deslocações de responsáveis ao estrangeiro na procura de investimento. Referiu, ainda, que ao contrário de Guimarães, o concelho de Vila Nova de Famalicão viu a sua população aumentar nos últimos censos realizados. Por último, disse que algumas câmaras municipais constroem edifícios para as empresas se instalarem, isentando-as dos custos de licenciamento, sustentando que o Município de Guimarães devia lançar mão dos mecanismos que tem à sua disposição para combater esta crise.

**3 – Vereadora Francisca Abreu** – Saudou o Diretor Regional de Educação do Norte por ter considerado relevantes os argumentos apresentados pela comunidade educativa de Guimarães, escolas, agrupamentos de escolas e Conselho Municipal de Educação que, a seu ver, demonstram à evidência inexistirem em Guimarães as condições necessárias para enquadrar os critérios e princípios do normativo que prevê a agregação de escolas e de agrupamentos de escolas. Terminou, dizendo que em Guimarães não haverá agregações de escolas e agrupamentos de escolas no próximo ano letivo, deixando, no entanto, expressa a vontade de continuar as conversações sobre esta matéria.

**4 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Quanto à providência cautelar referiu uma reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses ocorrida na passada semana sobre este assunto, informando que não havia consenso nesta matéria. A propósito, disse que a proposta de acordo consubstanciada no memorando entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses traduz uma ingerência inqualificável e inaceitável por parte do Governo e uma violação das atribuições e competências municipais, acrescentando



que no referido Conselho foram apresentadas evidências de que o nível do défice atingido no país não é da responsabilidade dos municípios. Referiu que a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, publicada no passado dia 21 de Fevereiro, veio estrangular a atividade das autarquias, mudando as regras “a meio do jogo”, com o orçamento já em execução, realçando a responsabilidade criminal e financeira dos agentes que aprovarem despesas sem terem em consideração os fundos disponíveis calculados de acordo com aquele diploma, cuja regulamentação ainda não foi publicada, conforme previa esse mesmo diploma, acrescentando que as regras deviam ser claras e não deixar quaisquer dúvidas. Por último, disse ser caricato o que se está a passar relativamente ao IMI, informando que uma das exigências para com as Câmaras Municipais em pior situação é aumentar significativamente as respetivas taxas; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse considerar que os municípios não têm competência para resolver questões em matéria de emprego, sendo do Governo a competência para assumir essa responsabilidade. Acrescentou, a propósito, que se o Governo insistir nesta linha de cortes às autarquias locais, mais difícil se torna ainda fazer qualquer intervenção a esse nível. Comentou, também, que a CEC 2012 veio trazer a Guimarães uma situação privilegiada, que não encontra paralelo em qualquer outro município do País, lembrando, igualmente, a importância da classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade e da recente nomeação de Guimarães como Cidade Europeia do Desporto 2013. Acrescentou ser agora necessário potenciar as infraestruturas construídas, reiterando a importância, a este nível, do Avepark que desde sempre foi acompanhado de um plano estratégico. Relativamente aos

resultados dos últimos censos disse que a população de Guimarães saiu, sobretudo, para o estrangeiro e não para os concelhos vizinhos. Por último, lembrou que o distrito de Braga ultrapassou, na semana passada, o número de desempregados relativamente a Guimarães. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**CÂMARA - REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - CPCJ** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães tem vindo a ser representado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) desde 2008, pela técnica de serviço social Isabel Maria Gouveia Baptista da Silva Carneiro e pela Chefe de Divisão de Ação Social Isabel Maria Ferreira Miranda, de acordo com a deliberação de Câmara de 24 de julho de 2008 que as designou para esse efeito, em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (n.º 147/99 de 1 de setembro). Passados quatro anos, e de acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da referida Lei (duração do mandato), torna-se oportuno renovar-se a representação do Município naquela Comissão. Assim, e tendo em atenção a experiência e boas práticas que tem demonstrado no acompanhamento de processos de promoção e proteção da CPCJ desde 2007, proponho que o técnico desta Divisão Ivo Maia Lobo, passe a representar o Município de Guimarães na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a partir do mês de junho de 2012”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE E ESCRUTÍNIO SECRETO APROVAR.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----



O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da apresentação, pela EDP Distribuição, do Projeto InovGrid, no passado dia 11 de junho, no Salão Nobre da Câmara Municipal; **2** – De terem sido furtadas grelhas de ferro de sarjetas de recolha de águas pluviais nos seguintes arruamentos: Avenida Alberto Sampaio, Rua Dr. José Sampaio, Largo do Carmo, Rua Capitão Alfredo Guimarães, Urbanização da Senhora da Conceição e Largo de Caneiros, em Fermentões. Disse considerar que esta situação resulta da ação de uma rede organizada, salientando que, para além dos prejuízos económicos causados, o furto das grades das sarjetas pode provocar perigo, especialmente para os automobilistas; **3** – Informou que o projeto de Renovação Urbana do Tournal, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António está entre as seis obras portuguesas selecionadas para a VIII Bienal Ibero Americana de Arquitetura e Urbanismo (BIAU), promovida pelo Ministério do Fomento do Governo de Espanha, que se realizará em setembro, na cidade de Cádiz, Espanha; **4** – Do memorando de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses que versa sobre a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o IMI, o QREN e a Reforma da Administração Local. **5** – Informou sobre o ponto de situação das obras da CEC 2012; **6** – Da conclusão da instalação da Fonte Vitória na Alameda Alfredo Pimenta, na próxima sexta-feira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: **"Alteração do valor das verbas a entidades para encargos com pessoal para refeitório e prolongamento de horário – Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – Ano civil**

**2012** - Como é do conhecimento superior, foi presente a reunião de Câmara de 26 de Abril, a proposta de alteração do valor das verbas a transferir, no período de abril a julho às entidades que estão a assumir os encargos com o pessoal em refeitórios e prolongamento de horário, com base no número de crianças que efetivamente beneficiaram deste tipo de apoio, no período de janeiro a março, conforme previsto no ponto 3 da Cláusula 5ª do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar. Assim e considerando que: a alteração da verba atribuída à Junta de freguesia de Sande S. Martinho, a partir de abril, teve uma dedução mensal no valor de 983,46€, devido ao decréscimo de número de crianças a almoçar e à diminuição de frequência às atividades de prolongamento de horário, tendo apenas sido considerada, em termos de cálculo, uma e não duas salas, conforme previsto no Acordo de Cooperação; em termos de frequência às atividades de prolongamento de horário, no período de janeiro a março, foi apenas considerada uma sala, quando efetivamente no mês de março houve aumento do número de crianças e deveria ser contabilizado duas salas; o valor da comparticipação da DREN, relativa ao mês de Março e ao Jardim de Infância de Igreja/Sande S. Martinho já foi retificado; propõe-se que, no período de abril a julho, seja atualizado o valor da verba mensal a transferir para a junta de freguesia de Sande S. Martinho, conforme discriminado no mapa em anexo. Propõe-se ainda que o assunto seja presente a Reunião de Câmara, para conhecimento da alteração proposta". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE**



**2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Presidente da Câmara por não ter estado presente na reunião.-----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia da Costa a pavimentação da Rua José Ferreira e a execução da rede de águas pluviais nas ruas da Fonte, José Francisco Ribeiro, Viana, 25 de Abril e Emília Oliveira Costa, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras no valor de €24.648,18. Em Julho de 2011, a Junta de Freguesia da Costa informou esta Câmara Municipal da conclusão da pavimentação da Rua José Ferreira e da impossibilidade da conclusão dos restantes trabalhos até 31 de Dezembro de 2012, pelo que o Departamento de Obras Municipais elaborou o primeiro auto de medição no valor de €16.214,74, sendo que ficou pendente o valor de €8.433,44, propondo o adiamento da sua execução e a acumulação da verba para o ano de 2012. Assim, na sequência da comunicação da conclusão das restantes obras acima identificadas, em 29 de Fevereiro de 2012, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do Protocolo de Delegação de Competências, assinado em 11 de Abril de 2011, nomeadamente quanto ao prazo de realização do seu objeto, propondo-se a ratificação da execução das obras no ano de 2012, bem como a transição da respetiva verba necessária à sua execução, no valor de €8.433,44”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE POLVOREIRA – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, deliberou celebrar um protocolo de Atribuição de Subsídio com a Junta de Freguesia de Polvoreira, assim como atribuir uma verba, no valor de €24.445,68, para a elaboração do projeto e construção da Casa Mortuária e arranjo da zona envolvente da Igreja. Na sequência da apresentação da fatura referente à elaboração do projeto de arquitetura e respetivas especialidades da Casa Mortuária, o Departamento de Obras Municipais elaborou o primeiro auto de medição em 19 de Outubro de 2009, no valor de €19.845,00, sendo que ficou pendente o valor de €4.600,68. Assim, e de forma a dar continuidade à construção da casa mortuária, a Junta de Freguesia de Polvoreira, em 28 de Março de 2012, solicitou a esta Câmara Municipal a alteração daquele Protocolo, nomeadamente quanto ao seu prazo, de forma a concluir a obra durante o ano de 2012. Nesta conformidade, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do prazo do Protocolo celebrado em 23 de Abril de 2009, bem como a transição da respetiva verba remanescente, no valor de €4.600,68, para o ano de 2012”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE LEITÕES – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Leitões a execução da obra de recuo de muros, drenagem de águas pluviais e pavimentação da rua da Portela, bem como a atribuição da





verba necessária à execução das obras, no valor de €9.290,18. Em Julho de 2011, a Junta de Freguesia de Leitões informou esta Câmara Municipal da conclusão da obra objeto do Protocolo celebrado em 12 de Abril de 2011, pelo que o Departamento de Obras Municipais elaborou o respetivo auto de medição, no valor de €6.414,28, sendo que ficou pendente o valor de €2.875,90. Na sequência da existência daquela verba remanescente, a Junta de Freguesia de Leitões solicitou à Câmara Municipal, em 12 de Abril de 2012, o alargamento do objeto do referido Protocolo propondo a execução, no ano de 2012, do alargamento, construção de muro e pavimentação na Rua da Granja, pavimentação junto ao cemitério e reabilitação da nascente de água no monte de Lagid. Solicitou, ainda, a transição da referida verba de €2.875,90 para o ano de 2012. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do Protocolo de Delegação de Competências, assinado em 12 de Abril de 2011, passando as cláusulas 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> a ter as seguintes redações: "**Cláusula 1.<sup>a</sup>** - O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Leitões para a execução da obra de recuo de muros, drenagem de águas pluviais e pavimentação da rua da Portela; alargamento, construção de muro e pavimentação na Rua da Granja; pavimentação junto ao cemitério e reabilitação da nascente de água no monte de Lagid."; "**Cláusula 3.<sup>a</sup>** - Para realização do objecto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a **JUNTA** compromete-se a executar as obras até ao final do corrente ano". Mais se propõe a transição da referida verba de €2.875,90, para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE OLEIROS - ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Oleiros a execução das obras de pavimentação da rua do Muro e Beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras, no valor de €8.336,57. Em Julho de 2011, a Junta de Freguesia de Oleiros informou esta Câmara Municipal da conclusão da obra de Beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial, objeto do Protocolo celebrado em 12 de Abril de 2011, pelo que o Departamento de Obras Municipais elaborou o respetivo auto de medição, no valor de €6.856,62, sendo que ficou pendente o valor de €1.479,95. Na sequência da verificação da não execução da rede de água e saneamento na rua do Muro pela Empresa Intermunicipal VIMÁGUA, a Junta de Freguesia solicitou a alteração do objeto do Protocolo, pelo que, em reunião realizada no dia 28 de Julho de 2011, a Câmara Municipal deliberou aprovar o primeiro aditamento àquele Protocolo, sendo que a cláusula 1ª passou a ter a seguinte redação: "O presente Protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Oleiros para execução da obra de pavimentação da rua de S. Romão e beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial." Em 28 de Março de 2012, a Junta de Freguesia de Oleiros solicitou à Câmara Municipal uma segunda alteração ao objeto do Protocolo de 2011 propondo a execução, no ano de 2012, do arranjo da Avenida S. Vicente e das casas de banho do Parque de Lazer, em substituição da pavimentação da Rua de S. Romão. Solicita, ainda, a transição da verba remanescente para o corrente ano. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, assinado



em 12 de Abril de 2011, passando as cláusulas 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> a ter as seguintes redações: "**Cláusula 1.<sup>a</sup>** - O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Oleiros para a execução da obra de pavimentação da Avenida S. Vicente, arranjo das casas de banho do Parque de Lazer e beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial"; "**Cláusula 3.<sup>a</sup>** - Para realização do objecto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a **JUNTA** compromete-se a executar as obras até ao final do corrente ano". Mais se propõe a transição da verba de €1.479,95 para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES – CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012 –**

Presente a seguinte proposta: "Em sessão de 10 de dezembro de 2010 a Assembleia Municipal deliberou sancionar a proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião de 25 de novembro do mesmo ano, que aprovou a minuta de um Protocolo a celebrar com a Fundação Cidade de Guimarães, que tinha por objeto a definição dos termos e condições em que o Município de Guimarães apoiaria a Fundação para a execução da programação cultural de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. Constava da cláusula 3.<sup>a</sup> do aludido Protocolo que o Município de Guimarães faria as seguintes transferências para a Fundação: "a) A quantia de 1 milhão de euros que constitui parte do capital fundacional, já entregue e recebida até esta data; b) A restante quantia de 1 milhão de euros do capital fundacional será transferida no ano de 2010 em duas tranches: 500 mil euros até 30 de novembro e 500 mil euros até 31 de dezembro; c) A quantia de 1 milhão de euros será transferida no ano de 2011 em duas tranches: 500 mil euros até 30 de junho e 500 mil euros até 30 de novembro; d) A quantia

de 1 milhão de euros será transferida no ano de 2012 em duas tranches: 500 mil euros até 30 de junho e 500 mil euros até 30 de novembro.” Acontece, porém, que, em razão dos fortes constrangimentos financeiros a que o Município tem sido sujeito, apenas foi possível cumprir, até esta data, a parte que respeita ao capital fundacional, que se encontra integralmente realizado. Por outro lado, o agravamento das condições financeiras que atualmente se verifica tem vindo a obrigar o Município a proceder a profundos reajustamentos da sua atividade, o que implicou a necessidade de reprogramar as transferências então aprovadas. Reconhecendo as dificuldades sentidas pelo Município, a Fundação Cidade de Guimarães deu o seu acordo à presente proposta de reprogramação, prontificando-se a ajustar os seus compromissos em conformidade. Deste modo, cumpre-me submeter à Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, um novo calendário de transferências para a Fundação Cidade de Guimarães, nos montantes e datas que se indicam: No ano de 2012 será paga a quantia de 1 milhão de euros, da seguinte forma: De julho a setembro é transferida a verba mensal de 100.000,00 € (300.000,00 €); No mês de outubro é transferida a verba de 700.000,00 €. No ano de 2013 será paga a quantia de 1 milhão de euros, da seguinte forma: De janeiro a abril é transferida a verba mensal de 100.000,00 € (400.000,00 €); No mês de maio é transferida a verba de 600.000,00 €. Em consequência, a cláusula 3ª do Protocolo a celebrar com a Fundação Cidade de Guimarães passa a ter a seguinte redação: a) A quantia de 2 milhões de euros que constitui o capital fundacional foi já entregue e recebida nesta data; b) A quantia de 1 milhão de euros será transferida no ano de 2012 da seguinte forma: De julho a setembro é transferida a verba mensal de 100.000,00 €



(300.000,00 €); No mês de outubro é transferida a verba de 700.000,00 €. c) A quantia de 1 milhão de euros será transferida no ano de 2013 da seguinte forma: De janeiro a abril é transferida a verba mensal de 100.000,00 € (400.000,00 €); No mês de maio é transferida a verba de 600.000,00 €". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA –**

Presente a seguinte proposta: "Na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual com a abertura de um concurso público para a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica para os locais de consumo e características abaixo identificados, estimando-se a despesa no valor de 126.498,20€, acrescido de IVA à taxa em vigor, nos anos de 2012 e 2013: LOTE 1: Fornecimento de energia elétrica em média tensão para o edifício principal da Plataforma das Artes – sector A; LOTE 2: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para as partes comuns do edifício da Plataforma das Artes – sector B e C; - LOTE 3: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para as partes comuns do edifício da Extensão do Museu Alberto Sampaio – sector B e C; - LOTE 4: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para as partes comuns - Ampliação do edifício da EB1 e Jardim de Infância de Barco –

sector B e C; - LOTE 5: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para as partes comuns – Reconversão do edifício da EB1/JI de Mosteiro, S. Torcato para Centro Escolar”.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS** – Presente a

seguinte proposta: “Na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, assim como da Deliberação da Câmara Municipal, datada de 07 de Dezembro de 2011, que autorizou a abertura de um ajuste direto para a contratação dos serviços de consultadoria jurídica do Prof. Doutor António Miguel Ferro Catela Teixeira, para a aplicação do Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais, nos anos de 2012 e 2013, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, pelo valor de 39.000,00€, acrescido de IVA à taxa em vigor”.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**

**PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA – CONCESSÃO DE TERRENO PARA POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL – S. GUALTER – S. SEBASTIÃO** – Presente a seguinte proposta: “No

âmbito do estudo urbanístico elaborado para a Requalificação do Posto de Abastecimento de Combustível sito no Largo de S. Gualter, freguesia de S. Sebastião, verifica-se a necessidade de abertura de procedimento, de Hasta Pública, para concessão de



uma parcela de terreno de domínio público, com a área de 420 m<sup>2</sup>. Neste sentido, a autarquia solicitou a um perito inscrito na lista oficial, a elaboração de um relatório de avaliação, a fim de ser determinado o valor base de licitação para o procedimento da Hasta Pública, sendo a concessão por período de **20 anos**. De acordo com o relatório elaborado pelo perito, o valor a atribuir ao terreno é de **€100.000,00**, sendo este o valor considerado como valor base de licitação. Assim, caso seja este o interesse da autarquia, deverá submeter-se a deliberação camarária a concessão, em hasta pública, de uma parcela de terreno com a área de **420 m<sup>2</sup>**, sita no Largo de S. Gualter, freguesia de S. Sebastião, destinada a **Posto de Abastecimento de Combustível**, por um período de **20 anos**, conforme Regulamento e Caderno de Encargos que se anexam, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da internet do Município, de acesso público". O Regulamento e Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**RECURSOS HUMANOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE DOCENTES E TÉCNICOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “**1.** Atendendo à competência dos municípios em matéria das atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo, de acordo com a proposta apresentada pelos serviços de Educação, que mereceu a concordância da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Francisca Abreu, e

considerada a aproximação do início do próximo ano letivo, é necessário assegurar o recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo, dos docentes e técnicos no âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico. No mapa de pessoal de 2012, aprovado em Assembleia Municipal de 25 de Novembro de 2011, estão previstos 150 postos de trabalho para aquela atividade, existindo também a correspondente previsão orçamental. **2.** O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2012 – determina que excecionalmente pode ser autorizada, pelo órgão deliberativo, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. No caso presente, a probabilidade de existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula; assim, tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, propõe-se que seja autorizado esse recrutamento excepcional, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento de acordo com o determinado no artigo 39.º da mesma Lei. Mais se esclarece que o município tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011 e que, em matéria de controlo e redução do número de efetivos, o artigo 48.º da Lei do Orçamento de Estado expressamente exceciona o pessoal necessário para o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a local no domínio da





educação, como é o caso. **3.** Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 150 técnicos, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo, para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2012/2013". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

**CULTURA - FEIRA DA TERRA 2012 - APOIOS A CONCEDER PELO MUNICÍPIO** – Presente a seguinte proposta: "A Associação

para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai realizar na Vila de S. Torcato a 18ª edição da "Feira da Terra", um evento com elevado sucesso de participação e promoção de produtos locais, relevante para a visibilidade da comunidade rural e sua interação com a população urbana, tendo solicitado apoio municipal ao abrigo do Regulamento nº 606/2010. Considerando que esse apoio é fundamental para a qualidade do certame, proponho que seja concedido o seguinte apoio logístico: Cedência de material do Departamento de Obras Municipais constante de folha anexa, no valor de €3.205,75 (três mil duzentos e cinco euros e setenta e cinco cêntimos), tendo como limite o material disponível existente em armazém; Trabalho a executar por funcionários do mesmo Departamento no seu horário normal de funcionamento, sem recurso a horas extraordinárias, constante da mesma folha anexa, no valor de €2.698,00 (dois mil, seiscentos e noventa e oito euros); Cedência de Vasos e Grades para decoração e organização; Colocação de Contentores de Lixo; Limpeza do Recinto, desde que em horário normal de trabalho; Disponibilização de três "outdoors" para promoção da Feira". A

referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO – “FEIRA AFONSINA” – DEFINIÇÃO DO MONTANTE GLOBAL DO EVENTO PARA 2012** – Presento a

seguinte informação da Chefe da Divisão de Turismo e Relações Públicas: “Em face da publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, e nos termos da informação solicitada pelo Departamento Financeiro relativamente à justificação do conjunto de despesas necessárias para a realização da Feira Afonsina no ano corrente, informo: 1. Em 28 de julho de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um Protocolo de Colaboração com a cooperativa Oficina CIPRL tendo como objetivo definir as formas de cooperação entre as partes para a realização do evento designado “Feira Afonsina”, no Centro Histórico de Guimarães, nos anos de 2011 e 2012; 2. Nesta conformidade, o artigo 2º desse protocolo especifica o conjunto de obrigações assumidas pelo Município e o artigo 3º referencia as obrigações assumidas pela Oficina; 3. Nos termos do artigo 4º, e para a concretização das obrigações assumidas pelo Município, foi disponibilizada uma verba para 2011 no montante de 64.300,00 euros e que, por deliberação do Município, em janeiro de 2012, seria fixado o montante global para o evento e respetivas responsabilidades respeitante a esse mesmo ano; 4. Por lapso dos competentes serviços municipais, não foi apresentada essa proposta em devido tempo. 5. O montante a disponibilizar para a edição deste ano, tal como no ano passado, tem classificações orçamentais diferentes podendo as respetivas cabimentações virem a sofrer ajustamentos em conformidade com o efetivamente requisitado, mediante alteração entre as correspondentes rubricas,



em relação àquelas agora emitidas no âmbito da presente proposta. Assim: Proponho que se submeta à deliberação do Município a fixação do montante global de €64.300,00 euros para a edição de 2012 da feira Afonsina, a decorrer entre os dias 14 e 16 de Setembro, muito embora conste no Plano de Atividades e Orçamento para 2012 uma verba de €80.000,00, justificando-se esta diminuição face às restrições orçamentais impostas, e que as obrigações e responsabilidades do Município são as mesmas que já constam do artigo 2º do mencionado Protocolo". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1/JI DE CANDOSO S. TIAGO –**

**CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "A Escola EB1/JI de Candoso S. Tiago solicitou a cedência de um autocarro para transporte dos alunos ao Centro Histórico de Guimarães, no próximo dia 4 de Junho. Considerando o interesse pedagógico da atividade e a disponibilidade da viatura, foi a pretensão deferida, o que coloco à ratificação da Câmara Municipal. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 22 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por

reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “A Fraterna - Centro Comunitário da Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das Crianças, moradores da Atouguia e Gondar, nos dias 23 e 29 de Julho e 1 de Agosto, à colónia de Férias da Apúlia. Assim, considerando que se trata da realização de atividades de âmbito do projeto Social, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para a reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**DESPORTO – CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO** - Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No passado dia 19 de maio, Guimarães foi nomeada Cidade Europeia do Desporto 2013 pela ACES Europe - Associação das Capitais Europeias do Desporto. A decisão foi comunicada publicamente pela comissão de avaliação, após visita técnica e análise da candidatura submetida por Guimarães à ACES Europe, e eleva, pela primeira vez, uma cidade portuguesa ao título de Cidade Europeia do Desporto. A excelência da rede de equipamentos desportivos, públicos e privados, a organização de atividades, programas e eventos desportivos de diferentes escalas e dimensões, as parcerias e colaboração com os estabelecimentos de ensino,



universidades e instituições, a existência de um centro médico de apoio ao desporto aberto à comunidade, o fomento do desporto para todos e sem barreiras, foram apontados pelos juízes da ACES Europe como exemplares e que colocam Guimarães no patamar de excelência entre as cidades europeias da sua dimensão. Na qualidade de Cidade Europeia do Desporto, Guimarães aponta como **principais objetivos**: O reforço da dimensão internacional de Guimarães; A indução de comportamentos, ações e estratégias, no sentido da mudança do seu paradigma desportivo e social; A apresentação de projetos que no futuro concedam atributos de sustentabilidade ao domínio do desporto, da prática desportiva e da qualidade de vida da população e que passem pela formação, pelo emprego e pela cidadania desportiva; O desenvolvimento de estudos e investigação científica sobre a realidade desportiva local em parceria com as principais universidades do Norte do país; A organização em 2013 de um evento desportivo por semana, aperfeiçoando alguns dos projetos já existentes, investindo em atividades promovidos pelos clubes e associações vimaranenses e captando eventos das diferentes federações nacionais com vista à realização, em Guimarães, de provas internacionais de dimensão europeia e mundial. Guimarães tem capitalizado notoriedade com as suas marcas de Património Cultural da Humanidade (2001) e da Capital Europeia da Cultura (2012). A atribuição do título de Cidade Europeia do Desporto 2013 a Guimarães contribui para manter o seu posicionamento de cidade referência no panorama nacional e internacional e constitui uma nova oportunidade para promover a Cidade como destino turístico, como anfitriã de grandes eventos e amiga do desporto. Partindo destes pressupostos, proponho: 1. Cometer à Tempo Livre CIPRL a gestão operacional de todo o processo de gestão do projeto

“Guimarães – Cidade Europeia do Desporto 2013”, considerando a sua vocação na promoção do desporto e da prática desportiva, a experiência acumulada e a competência do seu corpo técnico altamente qualificado; 2. Aprovisionar a Tempo Livre CIPRL de mecanismos financeiros adequados à concretização dos objetivos inerentes ao projeto “Guimarães - Cidade Europeia do Desporto 2013”, mediante proposta formal a remeter por aquela entidade à Câmara Municipal de Guimarães até 30 de setembro de 2012 por forma a ser incorporada no Plano de Atividades e Orçamento de 2013; 3. Aprovar a seguinte constituição da Comissão Executiva do projeto “Guimarães CED2013”: **Presidente:** Amadeu Portilha, Vereador do Desporto; **Coordenação Geral:** Dr.<sup>a</sup> Paula Ramos Nogueira; **Vogal:** Dr. Fernando Parente, Diretor do Departamento Desporto e Cultura da Universidade Minho; **Vogal:** Dr. Ricardo Araújo, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e da Juventude; **Vogal:** Dr. Adelino Furriel, Coordenador do Desporto Escolar da Direção Regional de Educação do Norte; **Vogal:** Eng.<sup>o</sup> Aníbal Rocha, Diretor Executivo da Tempo Livre”.  
**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR OS PONTOS 1 E 2. DELIBERADO POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO SECRETO APROVAR O PONTO 3, COM 9 VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

**DESPORTO – CLUBE DE CICLOTURISMO DE CALVOS - APOIO AO 4º PASSEIO DE CICLOTURISMO E RODA LIVRE DE CALVOS** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do pedido de apoio efectuado pela Junta de Freguesia de Calvos, em parceria com o Clube de Cicloturismo de Calvos, para o 4º Passeio de Cicloturismo e Roda de Livre de Calvos, que teve lugar no passado dia 19 de Maio de 2012, submete-se para ratificação a atribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 11 Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE JUNHO DE 2012

de 3 troféus, cedidos pela Câmara Municipal de Guimarães”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE  
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR  
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE  
LAVROU A PRESENTE ATA. -----**